



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

## PARECER COMISSÃO JUSTIÇA, REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTOS.

**Projeto de Lei nº 136/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 138/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 139/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 140/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 141/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 142/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 147/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 148/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 150/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 143/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 146/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 149/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

Ao analisar os Projetos de Lei em epígrafe, acompanhados das respectivas exposições de motivos, conclui-se estar devidamente amparados na legislação pertinente.

Os créditos suplementares adicionais e especiais estão previstos no artigo 41 da Lei nº 4.320/1964 que dispõe que:

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (...)"

Os créditos adicionais especiais e suplementares devem ser autorizados por lei, na forma do artigo 43 da Lei nº 4320/1964, in verbis:

"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".

A autorização para abertura de crédito especial ou suplementar pode constar tanto da Lei Orçamentária Anual ou de lei ordinária específica.

Destaque-se ainda, por oportuno, que a abertura de crédito suplementar e/ou especial depende da indicação dos recursos correspondentes, na forma do artigo 167, V, da Constituição da República.

Assim, devem existir recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/1964 que determina:

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.  
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

A abertura de crédito adicional suplementar ou especial, por fim, deve ser precedida de procedimento instruído com justificativas que indiquem o motivo da abertura do crédito e os recursos disponíveis e descomprometidos para cobrir as despesas que se pretende efetuar com o crédito adicional.

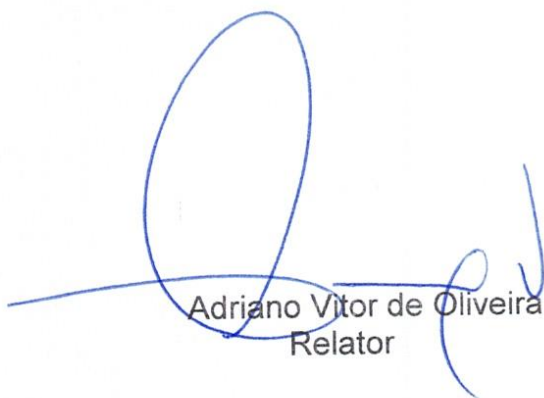
Submetido à análise jurídica e técnica, esta Comissão Permanente conclui que não há nada a opor quanto aos aspectos regimentais, da constitucionalidade, da legalidade e do mérito da matéria em estudo.

Isso posto, com a aquiescência dos demais componentes, seguindo a relatoria, emite **PARECER FAVORÁVEL** à presente proposição, julgando-a apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

É o parecer.

São Pedro, 21 de dezembro de 2023.

Sala das Comissões,



Adriano Vitor de Oliveira  
Relator



Elias Garcia Candeias  
Presidente



Albiño Antunes  
Secretário



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

## Relatório.

**Projeto de Lei nº 136/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 138/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 139/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 140/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 141/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 142/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 147/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 148/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 150/23** – Autoriza a abertura de crédito suplementar na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 143/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 146/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.

**Projeto de Lei nº 149/23** – Autoriza a abertura de crédito especial na legislação orçamentária do Município, conforme especifica dá outras providências.



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

Ao analisar os Projetos de Lei em epígrafe, acompanhados das respectivas exposições de motivos, conclui-se estar devidamente amparados na legislação pertinente.

Os créditos suplementares adicionais e especiais estão previstos no artigo 41 da Lei nº 4.320/1964 que dispõe que:

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (...)"

Os créditos adicionais especiais e suplementares devem ser autorizados por lei, na forma do artigo 43 da Lei nº 4320/1964, in verbis:

"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".

A autorização para abertura de crédito especial ou suplementar pode constar tanto da Lei Orçamentária Anual ou de lei ordinária específica.

Destaque-se ainda, por oportuno, que a abertura de crédito adicional suplementar e/ou especial depende da indicação dos recursos correspondentes, na forma do artigo 167, V, da Constituição da República. Assim, devem existir recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/1964 que determina que:

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.  
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

A abertura de crédito adicional suplementar ou especial, por fim, deve ser precedida de procedimento instruído com justificativas que indiquem o motivo da abertura do crédito e os recursos disponíveis e descomprometidos para cobrir as despesas que se pretende efetuar com o crédito adicional.



# Câmara Municipal de São Pedro

Estado de São Paulo

Verifica-se que atendem aos requisitos legais e não possuem vícios que impeçam sua apreciação em Plenário.

Diante do exposto, com a anuência dos demais integrantes do colegiado, bem como da Relatoria desta Comissão Permanente, abaixo subscrita por seus componentes, julga o Projeto de Lei supra, apto à apreciação pelo Plenário desta Edilidade.

São Pedro, 21 de dezembro de 2023.



**Adriano Vitor de Oliveira**  
Relator